



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, do tipo *Wash Pull*, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, com dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa. A contratação compreende o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua perfeita instalação, incluindo mão de obra especializada para fixação, montagem e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers já existentes. Inclui, ainda, a realização de testes de funcionamento, ajustes operacionais, verificação de desempenho e a entrega do sistema em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança, eficiência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, em atendimento a solicitação nº 092/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 44.233,33 (quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 11.05.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 11.05.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor preço por item*

MODO DE DISPUTA: *Aberto*

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: *Sim*

- PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.
- AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.
- SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparência/licitação)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de abril de 2026.

Gean Carlos Barea Schneider
Pregoeiro



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Sumário

1. DO OBJETO	03
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	03 a 05
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	05 e 06
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	06 e 07
5. ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	07 a 09
6. DA FASE DE JULGAMENTO	09 e 10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	10 e 11
8. DOS RECURSOS	11
9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO	11 e 12
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL	12
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	12 e 13
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	13
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	13
15. CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO	13
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL	13 e 14
18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	14
19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	14
20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	14
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14 e 15
22. TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)	16 a 23
23. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I)	24 a 28
24. ATESTADO DE VISITA (ANEXO II)	29
25. DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA (ANEXO III)	30
26. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO IV)	31
27. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO V)	32
28. DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO	33
29. MINUTA DE CONTRATO (ANEXO VII)	34 a 39



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

Processo Administrativo Nº 088/2026.

Solicitação Nº 092/2026.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, sediado na Avenida Tibagi, n.º 375, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na **MODALIDADE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do Decreto Municipal nº 385, de 11 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 11.05.2026**.

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 11.05.2026**.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 44.233,33 (quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, também no Diário Oficial do Município.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, do tipo Wash Pull, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, com dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa. A contratação compreende o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua perfeita instalação, incluindo mão de obra especializada para fixação, montagem e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers já existentes. Inclui, ainda, a realização de testes de funcionamento, ajustes operacionais, verificação de desempenho e a entrega do sistema em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança, eficiência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, em atendimento a solicitação nº 092/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

1.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

1.3. NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL (LOTE COM TODOS OS ITENS), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

2.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

2.6. A licitação será **EXCLUSIVA** para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.

2.7. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023 que concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas e empresários individuais sediados no município de Capitão Leônidas Marques, e, aquelas que estejam sediadas na região conhecida como “Região dos Lagos”, composta pelos municípios pertencentes ao consórcio Pro Caxias e do Baixo Iguaçu, quais sejam: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Três Barras do Paraná, desde que comprovem tal condição através do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.7.1. **Justificativa da aplicabilidade da Lei acima citada:** Implementar a política pública denominada de “Compra Capitão”, promovendo o aumento da participação e da contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sediada local e na região dos lagos, promovendo o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia, preconizados no Art. 47 da Lei Complementar 123/2006. O que vai ao encontro com o acórdão 877/2016 do TCE/PR que definiu ser possível a aplicação da discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.

2.7.2. No presente certame será aplicada a **prioridade na contratação acima citada, após a fase de abertura de propostas e a realização da fase de lances**, verificando a localização da sede do vencedor da fase de lances, **conforme descrito no item 5.21 deste certame**.

2.7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

XVI_ Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - Sociedades cooperativas:

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, considerando que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e, que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido. Razão pela qual também não será admitido a participação de cooperativas.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. **A presente licitação será exclusiva para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.**

3.2.1. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023, conforme item 2.7. deste edital.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ I - **Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);**

✓ **Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**

✓ II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;

✓ III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);

✓ IV - Prazo da entrega;

✓ V - Data, assinatura (s).

4.1.1. **Lembretes importantes:**

1º - Ao **anexar** sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for **lançar** sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

2º - Caso não seja anexado a ficha técnica ou catálogo ou planilha descritiva, será permitido o envio em até 02(duas) horas da convocação, porém, expirado o prazo será "desclassificada" e passado a análise da próxima empresa, respeitada a ordem de classificação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. *A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.*

4.6.1. *Será facultada vistoria ao local da instalação, considerando que a avaliação prévia pode ser importante para a elaboração da proposta e para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de instalação, sendo a interessada acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13h30 às 17h00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (45) 3286-8400, e a vistoria ser realizada no período compreendido entre a publicação do Edital e até o último dia útil que antecede a data designada para a sessão pública do Pregão, mediante agendamento prévio junto ao setor responsável.*

4.6.2. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes. Também os licitantes não poderão alegar a falta de conhecimento ou o grau de dificuldade da instalação como justificativa para eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta licitação.*

4.6.3. *Ressalta-se que, embora as informações constantes no Termo de Referência sejam suficientes para a formulação das propostas, a vistoria técnica facultativa permite às interessadas obter melhor compreensão das dimensões e características do ambiente, não sendo obrigatória para participação no certame, nem podendo ser utilizada posteriormente como justificativa para aditivos ou alegações de desconhecimento das condições locais.*

4.6.4. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$40,00 (quarenta reais).**

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.21. Será assegurada a **prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e na sequência no âmbito regional, conforme item 2.6, deste edital da seguinte forma:**

5.21.1. Após terminada a fase de lances o pregoeiro verificará se a (s) ME/EPP (s) vencedora(s) do(s) lote(s) está(ão) sediada(as):

a) no âmbito local, conforme inciso I, do Art. 35-A da Lei Complementar 01/2009 e alterações trazidas pela Lei 028/2023 e, caso não esteja, aplicará de forma hierarquizada a prioridade de contratação a favor da empresa sediada no âmbito regional (região dos lagos) inciso II, do Art.35-A da referida Lei, que ofertou o menor preço, desde que o preço desta (s) esteja dentro da margem de 10% em relação ao menor preço das não enquadradas nessas condições.

b) Em não havendo empresas locais ou regionais, em quantidade mínima de 03 (três) participantes no certame, será possibilitado na sequência, a participação de Micro e pequenas empresas sediadas em qualquer região do país.

5.21.2. Após os procedimentos acima descritos, o Pregoeiro irá convocar a primeira empresa assim enquadrada, para apresentação de nova proposta, inferior à melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, passando à segunda empresa enquadrada na mesma condição para possibilitar a mesma oportunidade. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

5.21.3. Em caso de dúvidas ou controvérsias, que não estejam especificados nos itens acima (5.21 até 5.21.2) serão observados os critérios determinados pelas leis pertinentes e aplicáveis.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1. Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230 de 2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9.3. **O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

7.1.1.1. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do**



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: licitacaorecursos@caplmarques.com.br

9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

9.1.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3. A proposta deverá conter: Além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas;
- ✓ II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).
- ✓ III - Prazo de fornecimento;
- ✓ IV - Prazo de validade da proposta;
- ✓ V - Data e assinatura (s);

9.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

9.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.3. O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. A documentação de habilitação, constante no termo de referência, caso solicitada pelo pregoeiro, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5. Os documentos apresentados, não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: compras@caplmarques.com.br E/OU licitacaorecursos@caplmarques.com.br.

12.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

e-mail no endereço eletrônico: licitacaorecursos@caplmarques.com.br

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.1.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

14.2. Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

14.3. Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 345 – 09.001.10.301.1077.1126.4.4.90.52.00;

* 344 – 09.001.10.301.1077.1125.4.4.90.52.00.

17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.2. O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

17.3. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

17.4. Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

17.5. A contratação objeto desta licitação será vigente por até 03 (três) meses, a partir da data do Termo Contratual.

17.6. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da [Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#).

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras@caplmarques.com.br.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
Apêndice do Anexo I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Atestado de Visita
ANEXO III	Declaração Formal de Dispensa
ANEXO IV	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO V	Modelo de Declarações Unificadas
ANEXO VI	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
ANEXO VII	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 13 de abril de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

Processo Administrativo Nº 088/2026.

Solicitação Nº 092/2026.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento têm como finalidade a contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, do tipo Wash Pull, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, com dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa. A contratação compreende o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua perfeita instalação, incluindo mão de obra especializada para fixação, montagem e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers já existentes. Inclui, ainda, a realização de testes de funcionamento, ajustes operacionais, verificação de desempenho e a entrega do sistema em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança, eficiência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, em atendimento a solicitação nº 092/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT.	UN	Descrição do produto	Preço Unitário	Valor Total
01	01	UN.	Fornecimento e instalação de Coifa tipo "Wash Pull" modelo HTVIC, dimensões 2000x2000mm, fabricada em Aço Inox 304 com acabamento escovado, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa; serviço inclui fixação e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers pré-existentes no local.	R\$ 44.233,33	R\$ 44.233,33

1.2. **TOTAL MÁXIMO DO CERTAME:** R\$ 44.233,33 (quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
OBS.:

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no Edital.

Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$40,00 (quarenta reais)**.

NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.

1.3. Requisitos Gerais:

1.3.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento e a instalação completa de 01 (uma) coifa industrial em aço inoxidável AISI 304, incluindo todos os materiais, acessórios, componentes e serviços necessários ao seu perfeito funcionamento, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.4. Requisitos Técnicos do Equipamento:

- 1.4.1. Coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304;
- 1.4.2. Acabamento escovado, adequado para ambientes hospitalares e áreas de manipulação de alimentos;
- 1.4.3. Modelo tipo Wash Pull HTVIC ou tecnicamente equivalente;
- 1.4.4. Dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm;
- 1.4.5. Vazão mínima de exaustão de 3.200 m³/h;
- 1.4.6. Perda de carga máxima de 35 mmCa;
- 1.4.7. Estrutura resistente, com acabamento sanitário, sem cantos vivos, rebarbas ou superfícies que favoreçam o acúmulo de resíduos;
- 1.4.8. Sistema eficiente para captação de vapores, gorduras e partículas;
- 1.4.9. Compatibilidade com a rede de dutos e dampers existentes.

1.5. Requisitos de Execução/Instalação:

- 1.5.1. A instalação deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica qualificada;
- 1.5.2. Fixação segura e adequada às condições estruturais do local;
- 1.5.3. Acoplamento estanque à rede de dutos existente, evitando vazamentos de ar;
- 1.5.4. Integração adequada com os dampers existentes;
- 1.5.5. Fornecimento de todos os insumos, suportes, conexões e demais itens necessários;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

- 1.5.6. Realização de ajustes em campo para perfeito encaixe e funcionamento;
- 1.5.7. Atendimento às normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis.

1.6. Requisitos de Desempenho:

- 1.6.1. Funcionamento eficiente do sistema de exaustão conforme parâmetros especificados;
- 1.6.2. Ausência de vazamentos de ar e perdas de eficiência;
- 1.6.3. Operação estável, sem ruídos ou vibrações anormais;
- 1.6.4. Captação adequada dos vapores gerados no ambiente.

1.7. Testes, Entrega e Aceitação:

- 1.7.1. Realização de testes operacionais após a instalação;
- 1.7.2. Verificação da vazão, vedação e funcionamento geral do sistema;
- 1.7.3. Execução de ajustes necessários para pleno atendimento das especificações;
- 1.7.4. Entrega do sistema em perfeito estado de funcionamento;
- 1.7.5. Apresentação de termo de entrega técnica, quando aplicável.

1.8. Garantia e Assistência Técnica:

- 1.8.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e/ou instalação;
- 1.8.2. Responsabilidade da contratada pela correção de falhas durante o período de garantia;
- 1.8.3. Disponibilidade de suporte técnico para manutenção corretiva, quando necessário.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme explanado no Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel e Bens Móveis nº 001/2026 celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE, PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA – APMI, que autoriza o uso de bem imóvel e bens móveis destinados à implantação dos serviços de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HOSPITAL MUNICIPAL NELSO SCAPINI, cláusula terceira – das obrigações das partes, item 3.1., alínea b e b1., publicado em 25/03/2026.

2.2. A instalação do referido equipamento é indispensável para garantir a correta captação e exaustão de vapores, odores, calor e partículas em suspensão, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de higiene, salubridade e conforto térmico nos ambientes hospitalares, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança aplicáveis.

2.3. Destaca-se que ambientes hospitalares exigem rigoroso controle das condições ambientais, sendo a adequada ventilação e exaustão fatores essenciais para a preservação da saúde de pacientes, profissionais e demais usuários, bem como para o correto funcionamento das atividades desenvolvidas.

2.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto já foi anteriormente licitado por meio do Pregão Eletrônico nº 015/2026, o qual restou fracassado em razão da apresentação de propostas com valores divergentes daqueles praticados no mercado. Dessa forma, a presente contratação considera a revisão dos parâmetros de preços, com base em pesquisa mercadológica atualizada, visando assegurar a obtenção de proposta mais vantajosa e exequível.

2.5. A contratação contempla solução completa, incluindo fornecimento, instalação, testes e entrega em pleno funcionamento, o que assegura maior eficiência, redução de riscos técnicos e adequada responsabilização do contratado quanto ao desempenho do sistema.

2.6. Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária e adequada ao atendimento do interesse público, garantindo a funcionalidade da estrutura hospitalar e observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

2.7. Destaca-se, ainda, que o imóvel denominado Hospital Municipal Nelson Scapini, de propriedade do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, foi objeto de Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel e Bens Móveis, firmado entre o Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a Associação de Promoção à Saúde, Proteção à Maternidade e Infância – APMI, com a finalidade de viabilizar a implantação, gerenciamento e execução dos serviços médico-hospitalares na referida unidade. Nesse contexto, cabe ao Município assegurar as condições estruturais necessárias ao adequado funcionamento do hospital, incluindo a implantação de equipamentos e sistemas indispensáveis ao atendimento das exigências técnicas, sanitárias e operacionais da unidade de saúde.

3. PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. A solução a ser contratada consiste no fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, tipo Wash Pull, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, devidamente dimensionada para atendimento das necessidades das áreas técnicas do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR. A contratação abrange o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua instalação, incluindo transporte, montagem, fixação, acoplamento estanque à rede de dutos, tubulações e dampers já existentes na estrutura do hospital, realização de testes operacionais, ajustes técnicos e entrega do sistema em pleno funcionamento.

3.2. Prazo de Execução:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

3.2.1. O prazo máximo para execução integral dos serviços será de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da data de emissão da Solicitação de Fornecimento.

3.3. Local e Condições de Execução:

3.3.1. Os serviços deverão ser executados:

- Em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos definidos e normas técnicas vigentes;
- No endereço: Novo Hospital Municipal – Rua Itararé, Capitão Leônidas Marques/PR – CEP 85790-007;
- Com utilização de mão de obra qualificada e todos os insumos necessários à perfeita execução do objeto;
- Observando-se as condições de segurança do trabalho e normas sanitárias aplicáveis ao ambiente hospitalar;
- Considerando a existência prévia de rede de dutos e tubulações do sistema de exaustão já instalada no local, devendo a contratada realizar a adequada integração e vedação da coifa ao sistema existente, garantindo perfeita compatibilidade e funcionamento do conjunto.

3.4. Análise do Ciclo de Vida da Solução:

3.4.1. A solução adotada considera todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento até sua operação e manutenção, conforme segue:

- Aquisição e Implantação:** Compreende o fornecimento do equipamento e sua instalação por empresa especializada, garantindo correta montagem, integração com a rede de dutos e tubulações já existentes na estrutura do hospital, bem como o funcionamento adequado do sistema desde sua entrega.
- Operação:** Durante a fase de uso, a coifa deverá operar de forma contínua e eficiente, promovendo a adequada exaustão de vapores, odores, calor e partículas, contribuindo para a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares.
- Manutenção:** A solução prevê equipamento com boa durabilidade e baixa necessidade de manutenção corretiva, desde que realizadas limpezas periódicas e manutenções preventivas adequadas. A contratação integrada contribui para minimizar falhas decorrentes de instalação inadequada.
- Vida Útil:** O equipamento, por ser confeccionado em aço inoxidável AISI 304, apresenta elevada resistência à corrosão e desgaste, proporcionando longa vida útil e desempenho estável ao longo do tempo.
- Descarte/Substituição:** Ao final de sua vida útil, o equipamento poderá ser substituído sem necessidade de alterações significativas na infraestrutura existente, sendo recomendada a destinação ambientalmente adequada dos materiais, especialmente os metálicos.

3.5. **Considerações Finais:** A solução proposta mostra-se adequada sob a ótica técnica, operacional e econômica, garantindo eficiência, durabilidade e redução de custos ao longo do ciclo de vida, além de assegurar o atendimento às necessidades da Administração e às exigências legais aplicáveis.

3.6. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica:

3.6.1. Os equipamentos fornecidos e os serviços de instalação executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

3.6.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica, responsabilizando-se integralmente pela correção de defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de instalação, mau funcionamento dos equipamentos ou quaisquer inconformidades decorrentes da execução dos serviços.

3.6.3. A garantia abrange tanto os equipamentos fornecidos quanto os serviços de instalação e integração ao sistema de exaustão, incluindo vedação estanque, fixação, interligação aos dutos e ajustes necessários ao correto funcionamento.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer os equipamentos e executar os serviços de instalação das coifas em aço inoxidável em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no ETP e no contrato;

4.2. Utilizar materiais novos, de primeira linha, isentos de vícios ou defeitos de fabricação, adequados ao ambiente hospitalar;

4.3. Disponibilizar mão de obra qualificada e equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela execução;

4.4. Fornecer todos os insumos, ferramentas, equipamentos, suportes, fixadores, vedações e demais materiais necessários à perfeita execução do objeto;

4.5. Realizar a instalação das coifas com correta fixação, alinhamento, vedação estanque e interligação à rede de dutos e dampers existentes, garantindo o pleno funcionamento do sistema de exaustão;

4.6. Executar testes de funcionamento e comissionamento do sistema, promovendo os ajustes necessários até a entrega em pleno funcionamento;

4.7. Cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, as normas de segurança do trabalho e as exigências sanitárias pertinentes a ambientes hospitalares;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

- 4.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes da execução do objeto;
- 4.9. Manter o local de execução dos serviços limpo e organizado, promovendo a remoção e destinação ambientalmente adequada de resíduos, embalagens e sobras de materiais;
- 4.10. Prestar garantia e assistência técnica nos termos previstos neste Termo de Referência e no contrato, sanando eventuais defeitos, falhas ou inconformidades sem ônus adicional à Contratante;
- 4.11. Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, prestando esclarecimentos e promovendo as correções eventualmente determinadas;
- 4.12. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do contrato, não cabendo qualquer responsabilidade solidária à Contratante;
- 4.13. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 4.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- 4.15. Comunicar formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento dos produtos;
- 5.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- 5.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 5.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 5.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 5.7. A Contratante deverá fornecer ao Contratado todas as informações necessárias para entrega do objeto;
- 5.8. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a serem solicitadas pela licitante vencedora, no sentido de proporcionar todas as condições para que a licitante possa desempenhar seu fornecimento.

6. DA VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo de vigência do contrato é de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 105, Lei nº 14.133/2021.

7. PRORROGAÇÃO

- 7.1. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.
- 7.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

- 8.1. A fiscalização do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021.
- 8.2. O profissional designado tem a incumbência de:
- a) Conferir o fornecimento, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações desse Termo de Referência;
 - b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
 - c) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

8.3. O fornecedor ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

8.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador/fornecedor para outras pessoas e/ou entidades.

8.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por Capitão Leônidas Marques-PR.

8.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.7. Todas as instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Contratado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

8.8. Das decisões da fiscalização poderá o Contratado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

8.9 Fiscal:

Nome: Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Cargo: Diretora de Habitação
Matrícula: 124398-1
E-mail: saudeclm@caplmarques.com.br

8.10. Gestor:

Nome: Regina Cristina Antunes
Cargo: Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 124166-2
E-mail: saudelicitacaoclm@gmail.com

8.10.1. Compete ao **Gestor do Contrato**, acima identificado, exercer a administração do Contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do Contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

9.1. O Fundo Municipal de Saúde, se compromete a efetuar o pagamento, conforme entrega do objeto, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica), já incluído todos os encargos, inclusive frete.

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do **FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada"**, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques, Av. Tibagi, 375, Centro, CEP 85.790-000, CNPJ: 09.401.856/0001-43;

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

9.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

9.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

9.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

9.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

9.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

10. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

10.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

10.1.2. **No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

10.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

10.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

10.2. Para o restabelecimento da equação (reequilíbrio econômico-financeiro), deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

10.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

10.2.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

10.2.3. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF.

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

11.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.5.3. Caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.5.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

11.6.1. Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo (s) cartório (s) distribuidor (es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

11.7. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.7.1. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

11.7.2. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos*



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146

e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.7.3. *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

11.7.4. *Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.*

11.7.5. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

11.7.6. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

11.7.7. *Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

11.7.8. *Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

11.7.9. *caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.*

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.8. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

11.8.1. *Atestado(s) de capacidade técnica*, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento similar à *execução de serviços de fornecimento e instalação de coifas, sistemas de exaustão ou soluções similares de complexidade compatível*, em características e quantidades compatíveis, devidamente registrado(s) em nome da licitante.

11.8.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá conter a razão social de ambas as partes (contratante e contratado).

11.8.1.2. O atestado de capacidade técnica deverá ser emitido em papel timbrado que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O documento deverá permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele o nome legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail, etc.), para eventual consulta ou diligência.

11.8.2. *Indicar responsável técnico* legalmente habilitado, quando exigido pela legislação profissional aplicável, bem como *apresentar o respectivo documento de responsabilidade técnica* (ART, RRT ou equivalente), no momento da contratação, quando pertinente.

11.8.3. *Comprovação de regularidade de responsável técnico* na entidade competente (conforme atribuição pertinente), dentro do seu prazo de validade, que comprove o exercício de atividades relacionadas com o objeto desta licitação e ateste que o licitante está em dia com o órgão fiscalizador.

11.8.4. *Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a proponente*, mediante registro em carteira de trabalho e/ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

11.8.5. **Da vistoria:** Será facultado à empresa eventual visita ao local onde serão feitas as instalações objeto da presente contratação, com a finalidade de permitir o conhecimento prévio das condições locais, da infraestrutura existente de dutos e dampers, dos pontos de instalação e das particularidades dos ambientes onde serão instaladas as coifas, ocasião em que será possível certificar-se do espaço, estrutura e demais especificidades. A vistoria é de caráter facultativa e não obrigatória para participação na licitação, a qual servirá para conhecimento das condições do objeto ou qualquer outro fator inerente que venha compor a proposta de preços a ser apresentada, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão. **Caso a licitante opte pela vistoria, esta deverá ser realizada conforme item 4.6 do edital.**

11.8.4.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.9. **Deverá apresentar ainda:**

11.9.1. **DECLARAÇÕES UNIFICADAS**, conforme modelo. (ANEXO V);

11.9.2. **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**, conforme modelo. (ANEXO VI).

11.10. **ATENÇÃO:** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **NÃO SUBSTITUI** os documentos exigidos no item 11.8 e 11.9.1.

11.10.1. **Neste caso anexar (IMPORTANTE):**

*** Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados).**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

*** DECLARAÇÕES UNIFICADAS;**

*** DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

11.11. **Solicitamos que seja anexada a** documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

11.12. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.13. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.14. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.15. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.16. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.

11.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.18. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.

11.19. **Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.**

11.20. **Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.**

12. CONSIDERAÇÕES

12.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

12.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem previa e expressa anuência do Contratante.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

Processo Administrativo Nº 088/2026.

Solicitação Nº 092/2026.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	020/2026
ÁREA REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Saúde
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, do tipo <i>Wash Pull</i> , modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, com dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa. A contratação compreende o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua perfeita instalação, incluindo mão de obra especializada para fixação, montagem e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers já existentes. Inclui, ainda, a realização de testes de funcionamento, ajustes operacionais, verificação de desempenho e a entrega do sistema em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança, eficiência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A presente contratação **não se encontra contemplada no Plano Anual de Contratações**, uma vez que se refere à execução de obra vinculada à implantação do **Novo Hospital Municipal**, empreendimento de caráter estratégico e essencial para a ampliação e melhoria da rede pública de saúde do Município.

Ressalta-se que a demanda possui natureza específica e excepcional, decorrente de planejamento superveniente, não sendo possível sua previsão à época da elaboração do referido Plano Anual.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de equipar adequadamente as áreas técnicas do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, garantindo condições adequadas de ventilação, exaustão e controle de vapores, calor e partículas geradas nos ambientes onde haverá preparo e manipulação de alimentos e/ou atividades que demandem controle sanitário e térmico.

3.2. A instalação de coifa industrial é essencial para assegurar a salubridade do ambiente, a segurança dos profissionais e o atendimento às normas sanitárias e técnicas aplicáveis, contribuindo diretamente para a qualidade dos serviços prestados no âmbito hospitalar.

3.3. Ressalta-se que o referido item já foi anteriormente incluído no Pregão Eletrônico nº 015/2026, o qual restou **fracassado**, tendo em vista a apresentação de propostas com valores divergentes daqueles praticados no mercado, inviabilizando a adjudicação do objeto.

3.4. Diante disso, faz-se necessária a reabertura do processo de contratação, com a devida revisão dos parâmetros de preço, a fim de garantir a obtenção de propostas exequíveis e compatíveis com a realidade de mercado, assegurando a economicidade e a efetiva contratação do objeto pretendido.

3.5. Assim, a presente contratação visa suprir a demanda existente, evitando prejuízos ao funcionamento adequado da unidade hospitalar e garantindo a continuidade e qualidade dos serviços públicos de saúde.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Conforme explanado no Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel e Bens Móveis nº 001/2026 celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE, PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA – APMI, que autoriza o uso de bem imóvel e bens móveis destinados à implantação dos serviços de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HOSPITAL MUNICIPAL NELSO SCAPINI, cláusula terceira – das obrigações das partes, item 3.1., alínea b e b1., publicado em 25/03/2026.

4.2. A instalação do referido equipamento é indispensável para garantir a correta captação e exaustão de vapores, odores, calor e partículas em suspensão, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de higiene, salubridade e conforto térmico nos ambientes hospitalares, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança aplicáveis.

4.3. Destaca-se que ambientes hospitalares exigem rigoroso controle das condições ambientais, sendo a adequada ventilação e exaustão fatores essenciais para a preservação da saúde de pacientes, profissionais e demais usuários, bem como para o correto funcionamento das atividades desenvolvidas.

4.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto já foi anteriormente licitado por meio do Pregão Eletrônico nº 015/2026, o qual restou fracassado em razão da apresentação de propostas com valores divergentes daqueles praticados no mercado. Dessa forma, a presente contratação considera a revisão dos parâmetros de preços, com base em pesquisa mercadológica atualizada, visando assegurar a obtenção de proposta mais vantajosa e exequível.

4.5. A contratação contempla solução completa, incluindo fornecimento, instalação, testes e entrega em pleno funcionamento, o que assegura maior eficiência, redução de riscos técnicos e adequada responsabilização do contratado quanto ao desempenho do sistema.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

4.6. Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária e adequada ao atendimento do interesse público, garantindo a funcionalidade da estrutura hospitalar e observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

5. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O objetivo da presente contratação é assegurar a implantação de um sistema de exaustão eficiente e adequado nos ambientes do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, por meio do fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial em aço inoxidável AISI 304, devidamente dimensionada e compatível com a infraestrutura existente, garantindo a correta captação e exaustão de vapores, odores, calor e partículas em suspensão.

5.2. Busca-se, com a contratação, disponibilizar os ambientes hospitalares em plenas condições de uso, atendendo às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, bem como promover condições adequadas de higiene, conforto térmico, segurança operacional e salubridade para pacientes, profissionais de saúde e demais usuários do hospital.

5.3. Adicionalmente, objetiva-se assegurar que o equipamento seja fornecido e instalado por empresa especializada, com execução técnica adequada, incluindo fixação segura, vedação estanque e correta interligação à rede de dutos e dampers existentes, além da realização de testes operacionais e entrega do sistema em perfeito funcionamento.

5.4. Pretende-se, ainda, garantir maior durabilidade do sistema, eficiência operacional e redução de custos com manutenção futura, assegurando o adequado desempenho ao longo de todo o ciclo de vida da contratação.

6. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

6.1. Requisitos Gerais:

6.1.1. A solução deverá contemplar o fornecimento e a instalação completa de 01 (uma) coifa industrial, incluindo todos os componentes, acessórios e serviços necessários ao seu perfeito funcionamento, atendendo às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

6.2. Requisitos Técnicos do Equipamento:

6.2.1. Coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304;

6.2.2. Acabamento escovado, próprio para ambientes hospitalares e de preparo de alimentos;

6.2.3. Modelo tipo *Wash Pull* HTVIC ou tecnicamente equivalente;

6.2.4. Dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm;

6.2.5. Vazão de exaustão mínima de 3.200 m³/h;

6.2.6. Perda de carga máxima de 35 mmCa;

6.2.7. Estrutura robusta, com resistência mecânica e durabilidade compatíveis com uso contínuo;

6.2.8. Sistema adequado para captação eficiente de vapores, gorduras e partículas;

6.2.9. Compatibilidade com a rede de dutos e dampers já existentes na edificação;

6.2.10. Acabamento sanitário, sem rebarbas, cantos vivos ou superfícies que favoreçam o acúmulo de resíduos.

6.3. Requisitos de Instalação:

6.3.1. Execução por empresa especializada, com mão de obra qualificada;

6.3.2. Fixação segura da coifa, respeitando as condições estruturais do local;

6.3.3. Acoplamento estanque à rede de dutos existente, evitando vazamentos de ar;

6.3.4. Interligação adequada aos dampers existentes;

6.3.5. Fornecedor de todos os materiais e insumos necessários à instalação;

6.3.6. Adequação e ajustes em campo, se necessário, para perfeito encaixe e funcionamento;

6.3.7. Observância às normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis.

6.4. Requisitos de Desempenho:

6.4.1. Funcionamento eficiente do sistema de exaustão, conforme vazão especificada;

6.4.2. Ausência de vazamentos de ar ou perda significativa de eficiência;

6.4.3. Operação estável, sem vibrações excessivas ou ruídos anormais;

6.4.4. Garantia de captação adequada dos vapores gerados no ambiente.

6.5. Testes e Aceitação:

6.5.1. Realização de testes operacionais após a instalação;

6.5.2. Verificação da vazão, vedação e funcionamento geral do sistema;

6.5.3. Ajustes necessários para atendimento pleno das especificações;

6.5.4. Entrega do sistema em perfeito estado de funcionamento;

6.5.5. Apresentação de termo de conclusão/entrega técnica, se aplicável.

6.6. Garantia e Assistência:

6.6.1. Garantia mínima conforme prática de mercado, não inferior a 12 (doze) meses;

6.6.2. Responsabilidade da contratada por eventuais falhas de instalação ou defeitos do equipamento durante o período de garantia;

7. DIAGNÓSTICO ATUAL

7.1. O Município de Capitão Leônidas Marques encontra-se em fase avançada de estruturação das áreas técnicas do Novo Hospital Municipal. Atualmente, a rede de dutos e os dampers de exaustão já estão devidamente instalados no local, conforme o projeto de engenharia hospitalar.

7.2. No entanto, as áreas destinadas à cocção e higienização ainda carecem do fornecimento e da instalação do terminal de exaustão (coifa). A ausência deste equipamento impede a realização dos testes de fluxo de ar e, conseqüentemente, inviabiliza o início das operações na ala de nutrição e dietética, uma vez que a extração de vapores e calor é requisito obrigatório de vigilância sanitária para ambientes hospitalares.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

7.3. Diante desse cenário, faz-se necessária a aquisição de equipamento com tecnologia "Wash Pull", compatível com a vazão de exaustão de 3.200 m³/h já projetada, para assegurar o acoplamento estanque e a plena funcionalidade do sistema de exaustão existente.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Para atendimento da necessidade de implantação de sistema de exaustão nos ambientes do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, foram analisadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

I – Aquisição de coifa industrial sem instalação:

Consiste na compra isolada do equipamento, ficando a cargo da Administração a responsabilidade pela instalação.

• **Vantagens:** Possível redução do custo inicial de aquisição;

• **Desvantagens:** Necessidade de contratação adicional de mão de obra especializada; risco de incompatibilidade técnica; ausência de garantia integral do sistema; maior probabilidade de falhas na instalação e aumento de custos futuros.

II – Contratação de empresa para instalação de equipamento já adquirido:

Consiste na aquisição prévia do equipamento, seguida de contratação específica para instalação.

• **Vantagens:** Possibilidade de escolha independente do equipamento;

• **Desvantagens:** Fragmentação da responsabilidade técnica; dificuldades na definição de responsabilidade por eventuais falhas; risco de incompatibilidade entre equipamento e sistema existente; maior complexidade na gestão contratual.

III – Contratação integrada para fornecimento e instalação da coifa industrial:

Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento do equipamento e execução completa da instalação.

• **Vantagens:** Responsabilidade única pela solução; garantia de compatibilidade entre equipamento e instalação; maior eficiência na execução; redução de riscos técnicos; entrega do sistema em pleno funcionamento;

• **Desvantagens:** Dependência de fornecedor único; necessidade de especificação técnica adequada.

8.2. Após análise das alternativas, verifica-se que a **Solução III** mostra-se mais vantajosa para a Administração, por garantir maior segurança técnica, eficiência operacional e responsabilidade integral do contratado sobre o funcionamento do sistema.

8.3. A adoção da solução integrada está alinhada às práticas de mercado e aos princípios da eficiência e economicidade, reduzindo riscos de retrabalho, falhas de instalação e custos adicionais decorrentes da fragmentação da contratação.

8.4. Dessa forma, a solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação completa da coifa industrial, incluindo todos os serviços necessários à sua perfeita operação.

9. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

9.1. Após a análise das possíveis soluções disponíveis no mercado, verificou-se que a contratação integrada de empresa especializada para o fornecimento e instalação da coifa industrial apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

9.2. A solução escolhida garante a centralização da responsabilidade técnica em um único contratado, o que proporciona maior segurança na execução dos serviços, bem como assegura a compatibilidade entre o equipamento fornecido e a infraestrutura existente, especialmente no que se refere à interligação com a rede de dutos e dampers já instalados.

9.3. Além disso, a contratação conjunta do fornecimento e instalação reduz significativamente os riscos de falhas operacionais, retrabalho e custos adicionais decorrentes da fragmentação da contratação, assegurando maior eficiência na implantação do sistema de exaustão.

9.4. Destaca-se, ainda, que essa modalidade de contratação está alinhada às práticas usuais de mercado, uma vez que sistemas de exaustão industrial demandam conhecimento técnico específico tanto na fabricação quanto na instalação, sendo recomendável que tais etapas sejam executadas de forma integrada.

9.5. A solução adotada também permite que o sistema seja entregue em pleno funcionamento, após a realização de testes operacionais e eventuais ajustes, garantindo o atendimento às especificações técnicas, às normas sanitárias e às condições adequadas de segurança, salubridade e desempenho exigidas para ambientes hospitalares.

9.6. Por fim, a escolha da solução contribui para a otimização dos recursos públicos, assegurando maior durabilidade do sistema, redução de custos de manutenção futura e melhor desempenho ao longo de todo o ciclo de vida da contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

10.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no levantamento das necessidades específicas do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, considerando o dimensionamento dos ambientes técnicos que demandam sistema de exaustão adequado.

10.2. Verificou-se a necessidade de instalação de **01 (uma) coifa industrial**, com dimensões e capacidade compatíveis com o espaço físico e com a demanda operacional do ambiente, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

10.3. A definição da quantidade considerou critérios técnicos, tais como área de cobertura necessária, volume de vapores gerados, capacidade de exaustão requerida e integração com a infraestrutura existente, não havendo, no momento, necessidade de aquisição de quantitativos adicionais.

10.4. Ressalta-se que a contratação contempla, além do fornecimento do equipamento, todos os serviços necessários à sua instalação, testes e pleno funcionamento, caracterizando uma solução completa e suficiente para atendimento da demanda identificada.

10.5. Dessa forma, a quantidade estimada mostra-se adequada e suficiente para suprir a necessidade da Administração, não se justificando a ampliação ou fracionamento do objeto neste momento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
01	Fornecimento e instalação de Coifa tipo "Wash Pull" modelo HTVIC, dimensões 2000x2000mm, fabricada em Aço Inox 304 com	01	UNIDADE



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

acabamento escovado, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa; serviço inclui fixação e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers pré-existent no local.		
--	--	--

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Nos termos da legislação vigente, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11.2. No entanto, no presente caso, verifica-se que **não é tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação**, tendo em vista que o objeto compreende o fornecimento e a instalação de coifa industrial, os quais constituem uma solução integrada e interdependente.

11.3. A eventual divisão do objeto em parcelas distintas, como fornecimento do equipamento e contratação separada para instalação, poderia comprometer a eficiência da execução, além de gerar riscos quanto à compatibilidade entre os componentes, à correta instalação e ao pleno funcionamento do sistema.

11.4. Ademais, o parcelamento acarretaria a fragmentação da responsabilidade técnica, dificultando a identificação de eventuais falhas e a responsabilização por problemas de desempenho, o que poderia resultar em prejuízos à Administração, inclusive com aumento de custos e necessidade de retrabalho.

11.5. A contratação em lote único, por sua vez, permite a centralização da responsabilidade em um único contratado, assegurando maior eficiência, melhor coordenação dos serviços e garantia do funcionamento adequado do sistema como um todo.

11.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação deve ser realizada de forma **não parcelada**, por se tratar de solução técnica indivisível, cuja execução integrada é essencial para o atendimento pleno da necessidade administrativa, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

12.1. Foram identificados, no âmbito do Município, os procedimentos **PE 126/2025, PE 123/2025, PE 90/2025 e PE 61/2024**, os quais abrangem aquisições de materiais, equipamentos ou serviços destinados ao Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR.

12.2. Tais contratações **não são correlatas**, mas sim **interdependentes**, pois cada uma atende a necessidades específicas e complementares para a estruturação completa do novo Hospital Municipal.

12.3. Esses procedimentos contemplam itens e serviços que, embora distintos em seus objetos, **contribuem de forma integrada para o pleno funcionamento da unidade**, abrangendo áreas como equipamentos de tecnologia, mobiliário, infraestrutura predial e suprimentos essenciais. Assim, cada contratação cumpre papel complementar dentro do conjunto necessário à implantação e operação da instituição.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Com a presente contratação, pretende-se assegurar a adequada implantação de sistema de exaustão nos ambientes do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR, garantindo condições apropriadas de funcionamento, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

13.2. Espera-se, como resultado, a efetiva captação e exaustão de vapores, odores, calor e partículas em suspensão, promovendo melhoria significativa na qualidade do ar, no conforto térmico e na salubridade dos ambientes.

13.3. Busca-se, ainda, proporcionar maior segurança aos profissionais que atuam nos ambientes atendidos, reduzindo riscos ocupacionais relacionados à exposição a calor excessivo, gordura e contaminantes, bem como assegurando melhores condições para a prestação dos serviços.

13.4. A contratação visa também garantir a entrega do sistema em pleno funcionamento, com desempenho eficiente, vedação adequada e integração correta à infraestrutura existente, evitando falhas operacionais e a necessidade de intervenções corretivas futuras.

13.5. Como resultado adicional, pretende-se aumentar a durabilidade dos equipamentos e reduzir custos com manutenção ao longo do tempo, assegurando maior eficiência no ciclo de vida da contratação.

13.6. Por fim, espera-se que a solução adotada contribua para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, assegurando ambientes hospitalares adequados, seguros e em conformidade com as exigências legais e sanitárias.

14. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. Por esse motivo, este Estudo Técnico Preliminar deixa de contemplar o disposto no inciso X, § 1º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

15.1. A contratação para fornecimento e instalação de coifas em aço inoxidável para o sistema de exaustão do Novo Hospital Municipal poderá gerar **impactos ambientais pontuais e temporários**, principalmente durante a fase de instalação dos equipamentos.

15.2. Entre os principais impactos ambientais potenciais, destacam-se:

a) **Geração de resíduos sólidos** decorrentes de embalagens dos equipamentos, sobras de materiais, elementos de fixação e eventuais resíduos de corte e ajuste;

b) **Geração de ruídos temporários** durante a execução dos serviços de instalação, em razão do uso de ferramentas e equipamentos;

c) **Consumo de materiais e insumos** necessários à instalação (suportes metálicos, vedações, selantes, fixadores);

d) **Risco de descarte inadequado de resíduos**, caso não haja gerenciamento ambientalmente adequado por parte da contratada.

15.3. Como medidas de mitigação e tratamento dos impactos ambientais, deverão ser adotadas as seguintes providências:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146

e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

- a) A contratada deverá realizar a **destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos**, promovendo a separação de materiais recicláveis, quando aplicável, e o encaminhamento a locais/licenciados para descarte;
- b) As embalagens e sobras de materiais deverão ser recolhidas e removidas do local de instalação, mantendo-se o ambiente limpo e organizado ao final dos serviços;
- c) Os serviços deverão ser executados de forma a **minimizar a geração de resíduos e ruídos**, adotando boas práticas de obra limpa e racionalização do uso de materiais;
- d) Deverá ser observado o cumprimento da legislação ambiental vigente e das normas de segurança do trabalho aplicáveis, evitando-se impactos indevidos ao entorno e aos usuários do hospital;
- e) Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizado o uso de **materiais com maior durabilidade e menor necessidade de substituição**, contribuindo para a redução de impactos ao longo do ciclo de vida da contratação.

15.4. Ressalta-se que a solução proposta possui **impacto ambiental reduzido** durante a fase de operação, uma vez que os equipamentos instalados contribuem para a melhoria da qualidade do ar interno, controle de contaminantes e condições ambientais adequadas nos ambientes hospitalares, com reflexos positivos à saúde ocupacional e ao meio ambiente interno da edificação.

15.5. Dessa forma, os impactos ambientais associados à contratação são considerados **baixos, controláveis e mitigáveis**, desde que observadas as medidas de tratamento e mitigação previstas, não havendo óbices ambientais relevantes à implementação da solução.

16. ANÁLISE DE RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MITIGAÇÃO
ATRASO NA ENTREGA DO EQUIPAMENTO.	MÉDIA	ALTO	PREVISÃO DE PRAZO CONTRATUAL CLARO, APLICAÇÃO DE PENALIDADES POR ATRASO, EXIGÊNCIA DE CRONOGRAMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO.
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	BAIXA	ALTO	DEFINIÇÃO DETALHADA DAS ESPECIFICAÇÕES NO TR, EXIGÊNCIA DE CATÁLOGOS/FICHAS TÉCNICAS NA PROPOSTA E CONFERÊNCIA TÉCNICA NO RECEBIMENTO.
INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS COIFAS FORNECIDAS E A INFRAESTRUTURA DE DUTOS E DAMPERS EXISTENTE.	MÉDIA	ALTO	EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA PRÉVIA (QUANDO APLICÁVEL), COMPATIBILIZAÇÃO COM PROJETO E VALIDAÇÃO TÉCNICA ANTES DA FABRICAÇÃO/FORNECIMENTO.
FALHAS DE INSTALAÇÃO (VEDAÇÃO INADEQUADA, MAU ALINHAMENTO, FIXAÇÃO INSUFICIENTE).	MÉDIA	ALTO	EXIGÊNCIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA, ART/RRT DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DA EXECUÇÃO E TESTES DE COMISSIONAMENTO.
RUÍDOS EXCESSIVOS E VIBRAÇÕES DURANTE A OPERAÇÃO.	BAIXA	BAIXA	EXIGÊNCIA DE CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS, VERIFICAÇÃO EM TESTES DE COMISSIONAMENTO E AJUSTES TÉCNICOS PELA CONTRATADA.
NÃO ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS.	BAIXA	ALTO	EXIGÊNCIA EXPRESSA DE CONFORMIDADE COM ABNT/NBR E NORMAS SANITÁRIAS, FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E EXIGÊNCIA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA FORMAL.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante dos aspectos apresentados, conclui-se que a contratação é técnica e economicamente viável, necessária e vantajosa para a Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo diretamente para a modernização da infraestrutura, bem como para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos de saúde prestados à população.

16. ANEXOS

- PESQUISA COM FORNECEDORES LOCAIS E REGIONAIS;

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

FANY SOFIA FIGUEROA ZENIEWICZ
MATRICULA FUNCIONAL: 124398-1



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

A Comissão de Licitação

ATESTADO DE VISITA

Declaramos que o profissional _____(nome), CPF nº _____, proponente _____ (razão social / CNPJ), devidamente credenciado, visitou o local da execução dos serviços, objeto do Pregão em epígrafe, e obteve todas as informações necessária para a elaboração da proposta.

..... de de 2026.

(nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome, RG n.º, CREA/CAU n.º e assinatura do engenheiro habilitado da proponente)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

À Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA

O Representante técnico da (inserir o nome da proponente), Sr. (a) (inserir o nome do representante), devidamente habilitado junto à entidade competente, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

..... de de 2026.

(nome, RG n.º, CREA/CAU n.º do resp. técnico habilitado da proponente)

OBS.: Deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente ou com cabeçalho completo informando todos os dados.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº neste ato representada por, cargo, RG/CPF (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../... em epígrafe que tem por objeto a aquisição de xxx conforme segue:

1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas;

✓ Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

✓ NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

2. Preço para execução do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados).

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$40,00 (quarenta reais)**.

3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.

4. Forma do fornecimento.

5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente.

DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias a plena prestação dos serviços, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

C - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

..... de de .

Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO V

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

....., de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa
RG/CPF:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2026.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO VII

CONTRATO DE xxxxxxxxxxxx N° xxx/2026.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N° 037/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Gestor do Fundo Municipal de Saúde, senhora **REGINA CRISTINA ANTUNES** e;

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, do tipo Wash Pull, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, com dimensões aproximadas de 2000 x 2000 mm, vazão de exaustão de 3.200 m³/h e perda de carga de 35 mmCa. A contratação compreende o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua perfeita instalação, incluindo mão de obra especializada para fixação, montagem e acoplamento estanque à rede de dutos e dampers já existentes. Inclui, ainda, a realização de testes de funcionamento, ajustes operacionais, verificação de desempenho e a entrega do sistema em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança, eficiência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, em atendimento a solicitação nº 092/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxx.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. REAJUSTE:

2.2.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

2.2.2. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

2.2.3. **No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

2.2.4. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

2.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

2.3.1. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

2.3.2. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

2.3.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

2.3.4. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. A solução a ser contratada consiste no fornecimento e instalação de 01 (uma) coifa industrial em aço inoxidável AISI 304, com acabamento escovado, tipo Wash Pull, modelo HTVIC ou tecnicamente equivalente, devidamente dimensionada para atendimento das



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

necessidades das áreas técnicas do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques/PR. A contratação abrange o fornecimento completo do equipamento, bem como a execução de todos os serviços necessários à sua instalação, incluindo transporte, montagem, fixação, acoplamento estanque à rede de dutos, tubulações e dampers já existentes na estrutura do hospital, realização de testes operacionais, ajustes técnicos e entrega do sistema em pleno funcionamento.

3.2. Prazo de Execução:

3.2.1. O prazo máximo para execução integral dos serviços será de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da data de emissão da Solicitação de Fornecimento.

3.3. Local e Condições de Execução:

3.3.1. Os serviços deverão ser executados:

- Em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos definidos e normas técnicas vigentes;
- No endereço: Novo Hospital Municipal – Rua Itararé, Capitão Leônidas Marques/PR – CEP 85790-007;
- Com utilização de mão de obra qualificada e todos os insumos necessários à perfeita execução do objeto;
- Observando-se as condições de segurança do trabalho e normas sanitárias aplicáveis ao ambiente hospitalar;
- Considerando a existência prévia de rede de dutos e tubulações do sistema de exaustão já instalada no local, devendo a contratada realizar a adequada integração e vedação da coifa ao sistema existente, garantindo perfeita compatibilidade e funcionamento do conjunto.

3.4. Análise do Ciclo de Vida da Solução:

3.4.1. A solução adotada considera todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento até sua operação e manutenção, conforme segue:

- Aquisição e Implantação:** Compreende o fornecimento do equipamento e sua instalação por empresa especializada, garantindo correta montagem, integração com a rede de dutos e tubulações já existentes na estrutura do hospital, bem como o funcionamento adequado do sistema desde sua entrega.
- Operação:** Durante a fase de uso, a coifa deverá operar de forma contínua e eficiente, promovendo a adequada exaustão de vapores, odores, calor e partículas, contribuindo para a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares.
- Manutenção:** A solução prevê equipamento com boa durabilidade e baixa necessidade de manutenção corretiva, desde que realizadas limpezas periódicas e manutenções preventivas adequadas. A contratação integrada contribui para minimizar falhas decorrentes de instalação inadequada.
- Vida Útil:** O equipamento, por ser confeccionado em aço inoxidável AISI 304, apresenta elevada resistência à corrosão e desgaste, proporcionando longa vida útil e desempenho estável ao longo do tempo.
- Descarte/Substituição:** Ao final de sua vida útil, o equipamento poderá ser substituído sem necessidade de alterações significativas na infraestrutura existente, sendo recomendada a destinação ambientalmente adequada dos materiais, especialmente os metálicos.

3.5. **Considerações Finais:** A solução proposta mostra-se adequada sob a ótica técnica, operacional e econômica, garantindo eficiência, durabilidade e redução de custos ao longo do ciclo de vida, além de assegurar o atendimento às necessidades da Administração e às exigências legais aplicáveis.

3.6. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica:

3.6.1. Os equipamentos fornecidos e os serviços de instalação executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

3.6.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica, responsabilizando-se integralmente pela correção de defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de instalação, mau funcionamento dos equipamentos ou quaisquer inconformidades decorrentes da execução dos serviços.

3.6.3. A garantia abrange tanto os equipamentos fornecidos quanto os serviços de instalação e integração ao sistema de exaustão, incluindo vedação estanque, fixação, interligação aos dutos e ajustes necessários ao correto funcionamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

4.1. O Fundo Municipal de Saúde, se compromete a efetuar o pagamento, conforme entrega do objeto, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica), já incluído todos os encargos, inclusive frete.

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques, Av. Tibagi, 375, Centro, CEP 85.790-000, CNPJ: 09.401.856/0001-43;

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

4.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

4.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, **destacando o valor a ser retido**, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (**Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**)

§ 1º - **Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a IN 1234/2012 e alterações.**

4.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)**

4.1.1.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

4.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 345 – 09.001.10.301.1077.1126.4.4.90.52.00;

* 344 – 09.001.10.301.1077.1125.4.4.90.52.00.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer os equipamentos e executar os serviços de instalação das coifas em aço inoxidável em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no ETP e no contrato;

6.2. Utilizar materiais novos, de primeira linha, isentos de vícios ou defeitos de fabricação, adequados ao ambiente hospitalar;

6.3. Disponibilizar mão de obra qualificada e equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela execução;

6.4. Fornecer todos os insumos, ferramentas, equipamentos, suportes, fixadores, vedações e demais materiais necessários à perfeita execução do objeto;

6.5. Realizar a instalação das coifas com correta fixação, alinhamento, vedação estanque e interligação à rede de dutos e dampers existentes, garantindo o pleno funcionamento do sistema de exaustão;

6.6. Executar testes de funcionamento e comissionamento do sistema, promovendo os ajustes necessários até a entrega em pleno funcionamento;

6.7. Cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, as normas de segurança do trabalho e as exigências sanitárias pertinentes a ambientes hospitalares;

6.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes da execução do objeto;

6.9. Manter o local de execução dos serviços limpo e organizado, promovendo a remoção e destinação ambientalmente adequada de resíduos, embalagens e sobras de materiais;

6.10. Prestar garantia e assistência técnica nos termos previstos neste Termo de Referência e no contrato, sanando eventuais defeitos, falhas ou inconformidades sem ônus adicional à Contratante;

6.11. Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, prestando esclarecimentos e promovendo as correções eventualmente determinadas;

6.12. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do contrato, não cabendo qualquer responsabilidade solidária à Contratante;

6.13. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

6.15. Comunicar formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento dos produtos;

7.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

7.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

7.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

7.7. A Contratante deverá fornecer ao Contratado todas as informações necessárias para entrega do objeto;

7.8. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a serem solicitadas pela licitante vencedora, no sentido de proporcionar todas as condições para que a licitante possa desempenhar seu fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

CLÁUSULA DECIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado.

10.2. Em caso de multa: A sanção será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.3. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146 e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br
CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

14.1. A fiscalização do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021.

14.2. O profissional designado tem a incumbência de:

- a) Conferir o fornecimento, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações desse Termo de Referência;
- b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.3. O fornecedor ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

14.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador/fornecedor para outras pessoas e/ou entidades.

14.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por Capitão Leônidas Marques-PR.

14.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.7. Todas as instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Contratado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.8. Das decisões da fiscalização poderá o Contratado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

14.9 Fiscal:

Nome: Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Cargo: Diretora de Habitação
Matrícula: 124398-1
E-mail: saudeclm@caplmarques.com.br

14.10. Gestor:

Nome: Regina Cristina Antunes
Cargo: Secretaria Municipal de Saúde
Matrícula: 124166-2
E-mail: saudelicitacaoclm@gmail.com

14.10.1. Compete ao **Gestor do Contrato**, acima identificado, exercer a administração do Contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do Contrato, verificar a necessidade e possibilidade da



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná

CNPJ 09.401.856/0001-43

Fone / Fax (45) 3286 - 1146

e-mail: clmsaude@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - Avenida Tibagi, 375 - Centro - Capitão Leônidas Marques - Paraná

renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

16.1. O prazo de vigência do contrato é de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 105, Lei nº 14.133/2021.

16.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

16.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– FORO

17.1. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data, de _____ de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: